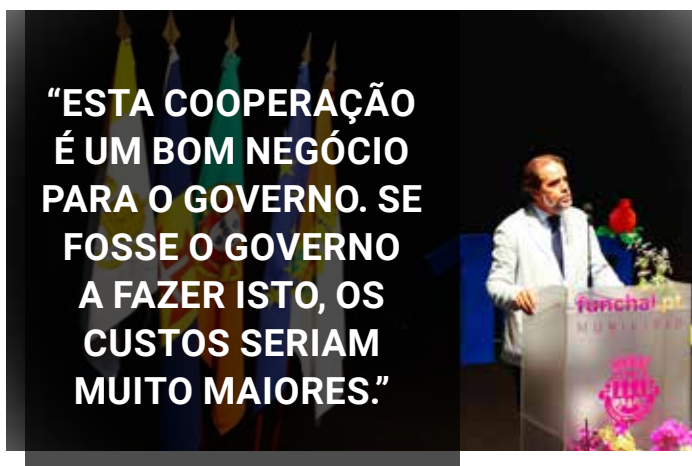


# V Convenção de Comportamentos Aditivos da Madeira e I Convenção das Regiões do Atlântico



Entre os dias 10 e 11 de outubro, o Centro Cultural e Investigação do Funchal acolheu a V Convenção de Comportamentos Aditivos da Madeira, evento que coincidiu com a realização da I Convenção das Regiões do Atlântico. A organização do evento coube ao Instituto São João de Deus e no programa, que iniciou com a conferência de Félix Carvalho, Potencial uso terapêutico das drogas psicadélicas, constaram temas como Perturbação do uso de estimulantes; O caso das catinonas sintéticas nos Açores; Novas drogas, contributo diferenciado do Laboratório da Polícia Científica da Polícia Judiciária; Importância da patologia dual nas perturbações de adição; Estratégias de Saúde Mental nas Regiões do Atlântico; Alteração à lei da droga, consequências e riscos; Protocolo de desprescrição de benzodiazepinas; Substâncias psicoativas, jovens e prisão em Cabo Verde; Impacto das adições na dinâmica familiar; Prevenção primária nos comportamentos aditivos.

Dependências acompanhou o evento e registou intervenções de alguns dos participantes...



**Miguel Albuquerque, Presidente do Governo Regional da Madeira**

“Confesso que vinha para cá a pensar o que iria dizer a todos vós... e a primeira coisa que me surgiu foi a sorte que a Madeira teve em, há cerca de 100 anos, terem vindo para cá, por um lado, os Irmãos de São João de Deus e depois as Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. E vieram para cá numa altura em que as condições infraestruturais e as respostas de saúde na Madeira eram ultra precárias, quase medievais. No entanto, estas instituições vieram para cá e instalaram-se na Madeira. Abriam os seus estabelecimentos, com grandes dificuldades e grandes restrições em termos de funcionalidade, mas a verdade é que, passados 100 anos, são estas duas instituições os grandes pilares da resposta da saúde mental da Madeira. Outro pensamento que me surgiu foi agradecer a forma extraordinária como, ao longo de gerações, com patologias muito diferenciadas – há 50 anos o alcoolismo era algo devastador na Madeira – estas instituições, com os seus profissionais, dirigentes e colaboradores, conseguiram desenvolver um trabalho extraordinário, a bem da saúde pública na Madeira. E quero, em nome do Governo, agradecer a todos vós, às novas gerações, aos novos especialistas, por este trabalho extraordinário. Queria também dizer que, ao longo da minha carreira política, como presidente de câmara durante 19 anos, acompanhei todos os investimentos infraestruturais que foram

feitos nestas instituições. Este trabalho baseia-se numa filosofia também política. Não vamos dissociar a política daquilo que está a ser aqui feito. A posição de todos os governos desde a constituição da autonomia política tem sido, no meu entender, uma política inteligente. Por um lado, adotámos na Madeira, e tivemos que reforçar, as filosofias práticas políticas do pós-guerra. Vivíamos numa sociedade com grandes desfasamentos e lacunas na área social, da saúde pública e da educação e tivemos que fazer um esforço redobrado para, num espaço de tempo muito curto, termos uma recuperação destas valências. E no caso da saúde mental, o que fizemos foi, por um lado, reforçar os investimentos, aproveitar os fundos comunitários para a realização de infraestruturas e depois, uma vez que estas IPSS já estavam implantadas e a fazer um trabalho fantástico, apoiámos estas instituições no sentido de continuarem a dar respostas na área social. Esta cooperação bilateral com estas instituições tem sido profícua, tem sido útil, tem resolvido e continuamos a tentar resolver os problemas da saúde mental e a tentar ter a capacidade de dar resposta às novas patologias que estão a surgir e aos novos problemas. À medida que a sociedade vai evoluindo vamos tendo novos desafios pela frente e nesse sentido o Governo confia nos profissionais, nos dirigentes e na credibilidade destas instituições. Por isso mesmo, nos últimos cinco anos, os apoios concedidos na área da saúde mental foram 65,7 milhões de euros. E iremos rever o apoio anual, com efeitos retroativos a partir de janeiro de 2025. É evidente que estas instituições são hoje forçadas a terem orçamentos maiores porque têm mais especialistas, pessoal mais qualificado, pessoal que precisa de ver recompensado o seu trabalho e o que o Governo tem de continuar a fazer é, dentro das regras do equilíbrio orçamental, continuar a confiar e a apoiar estas instituições. De uma coisa tenho a certeza absoluta: **esta cooperação é um bom negócio para o Governo. Se fosse o Governo a fazer isto, os custos seriam muito maiores.** Queria também agradecer o vosso sentido de racionalidade financeira e a eficácia com que utilizam o dinheiro dos contribuintes. Ou seja, a melhor forma de ter uma boa utilização do dinheiro público é manter estes contratos programa com o Instituto São João de Deus e com o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. Faço votos para que estes encontros sejam úteis e profícuos porque é da cooperação, como em tudo na sociedade, que surgem as melhores ideias e soluções”.



**Luís Filipe, Diretor Clínico do Instituto São João de Deus**

“É com alegria e satisfação que, hoje, Dia Mundial da Saúde Mental, subordinado ao tema É hora de priorizar a saúde mental no ambiente de trabalho, nos encontramos aqui na V Convenção de CAD. Por serem estes fenómenos transversais a todas as religiões e sociedades e porque acreditamos na partilha de saberes e de experiências, alargámos este evento como I Convenção às regiões nossas vizinhas do Atlântico, Açores, Canárias e Cabo Verde, pelo que agradecemos a todos que, desde a primeira hora, aceitaram o nosso desafio. A saúde mental é um pilar fundamental da nossa qualidade de vida, influenciando a forma como pensamos, sentimos, agimos. Cada um de nós, em algum tempo da nossa vida, enfrentamos desafios que impactam a nossa saúde mental. É crucial que saibamos reconhecer esses momentos e procurar ajuda. Comportamentos aditivos, sejam eles quais forem, podem simplesmente iniciar-se como forma de lidar com desafios emocionais ou forma de lidar com outros psicológicos. É preciso estarmos atentos porque o impacto das dependências é profundo, afetando não só o indivíduo, mas também famílias e comunidade. É fundamental reconhecer precocemente os sinais e oferecer sem julgamentos. Sr. Presidente, sabe V. Exa. que pode contar com toda a nossa disponibilidade e cooperação desta instituição. Queremos, como sempre, fazer parte da solução. Reconhecemos a sua sensibilidade e carinho para esta causa, apelamos, no entanto, a um novo olhar sobre o atual financiamento regional, tendo em conta o aumento do custo de vida, as dependências com prevalências cada vez mais elevadas e o número de internamentos involuntários a crescer todos os anos, o que para nós é um garrote financeiro que pode pôr em causa o bem fazer. A recuperação é possível e cada história de superação é um testemunho de resiliência humana. Precisamos de continuar a promover a educação sobre saúde mental, os cursos de apoio disponíveis para criar uma sociedade mais compreensiva e solidária. Obrigado por estarem aqui hoje e se comprometerem com esta causa. Juntos podemos de alguma forma promover uma sociedade mais compreensiva e solidária, onde a saúde mental deve ser tratada com o mesmo respeito que a doença física”.



**Manuel Faustino, Presidente da Fundação Menos Álcool, Mais Vida, Cabo Verde**

**Temos hoje, pela primeira vez, estas quatro ilhas do Atlântico representadas e reunidas num congresso em torno da saúde mental... na sua perspetiva, o que poderá resultar deste encontro?**

**Manuel Faustino (MF)** – De imediato, o conhecimento mútuo e a identificação de problemas comuns que, eventualmente, poderão estar a ser encarados em perspetivas diferentes e daí uma comparação das propostas ou soluções apresentadas por cada região e dos resultados, o que é extremamente enriquecedor. Hoje, primeiro dia, já ficou claro que há diferenças, mas há também muita similaridade e que determinadas questões que têm tido soluções diferenciadas, nomeadamente para responder à descentralização geográfica e populacional, por exemplo, podem ser áreas de cooperação muito interessantes. Por outro lado, alguns desafios que são gerais, como a secundarização da saúde mental, em todo o mundo mas concretamente na nossa região, que pode ser objeto de reflexão e de aprofundamento e, quem sabe, encontrarmos meios para que essa diferença entre o investimento na saúde mental e noutras área da saúde possa ser, senão ultrapassada, pelo menos significativamente reduzida.

**Quais são as dependências que mais preocupam Cabo Verde?**

**MF** – Sem dúvida, a dependência maior é o álcool. Temos um problema muito sério em relação ao álcool, que está ligado a questões culturais e históricas e há uma grande disseminação no meio da população. Indiscutivelmente, isso cria um clima que acaba por prejudicar significativamente as pessoas que têm vulnerabilidades e grandes possibilidades de desenvolverem dependências. Infelizmente, esse é um dos grandes problemas de saúde pública que temos em Cabo Verde. O uso abusivo de bebidas alcoólicas constitui um dos grandes desafios sociais e sanitários que temos no país.







### **Por isso abraçou o desafio de presidir a Fundação Menos Álcool, Mais Vida...**

**MF** – Sim, a Fundação foi criada em 2021, mas herda uma campanha iniciada em 2016, altura em que eu era Chefe da Casa Civil do então Presidente da República. Sob minha proposta, foi criada uma campanha que teve repercussões extremamente importantes ao nível do país e um impacto documentado na redução do uso abusivo de bebidas alcoólicas, que foi inclusive distinguida com um prémio das Nações Unidas e que, com final do mandato do então Presidente, para não perder todo o investimento e movimentação conseguida durante esse período, decidimos criar uma fundação com o mesmo nome, que continua a fazer o mesmo: trabalhar na prevenção, informação, estudo e sensibilização, particularmente em relação às crianças e às famílias de uma forma geral.

### **De acordo com o que testemunhámos, Cabo Verde tem uma das legislações mais revolucionárias na área do álcool, sendo que toda a publicidade é proibida...**

**MF** – Sim, embora a paternidade dessa lei não seja nossa, cabendo à Comissão de Coordenação do Álcool e outras Drogas, um departamento do Ministério da Saúde que cuida da problemática do uso de substâncias psicoativas, mas nós apoiamos, participamos, apresentamos propostas, discutimos e promovemos essa lei junto dos deputados, que acabou por ser aprovada por unanimidade. E essa lei tem sido uma bandeira nossa e temos até participado na fiscalização da mesma. A lei diz que toda e qualquer publicidade a bebidas alcoólicas nas redes sociais, nos órgãos de comunicação social ou publicidade estática é proibida, não se pode vender bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, estes também não podem frequentar locais de venda de bebidas alcoólicas, a não ser que estejam acompanhados pelos pais ou pelos responsáveis pela sua educação, nos recintos desportivos é proibida a venda de bebidas alcoólicas, as marcas de bebidas alcoólicas não podem patrocinar eventos desportivos nem culturais, não se pode beber na via pública e define toda uma série de condições que os estabelecimentos de venda têm de reunir para serem autorizados. Mas esta lei, para além das proibições que mencionei, também elege uma preocupação preventiva, com uma série de diretrizes para a educação para as famílias, para o entretenimento, para as estruturas de saúde e para as comunidades. É uma lei altamente abrangente, que define condições para a venda e distribuição de bebidas alcoólicas – proíbe, por exemplo, a venda a pessoas que estejam com indícios claros de embriaguez, com indícios de doença mental – e, para além dessas proibições, tem uma perspe-

tiva preventiva, voltada para a educação, família, comunidade e atividades de entretenimento.

### **Que limites impõe a lei relativamente à condução automóvel?**

**MF** – A nossa proposta seria tolerância zero e a lei diz que, sob o efeito de álcool, não se pode conduzir, mas define a condição sob o efeito de álcool com uma taxa de alcoolémia igual ou superior a 0,5 gr por litro de sangue. A nossa ideia era, pelo menos nos transportes públicos, que fosse zero.

### **Na sua preleção, falou na marginalização da saúde mental por parte dos órgãos de decisão política...**

**MF** – A marginalização de facto é dos serviços e dos doentes. Os serviços ligados à saúde mental e os doentes mentais são estigmatizados e marginalizados. Essa realidade assenta em questões antigas, de preconceitos históricos herdados há muito tempo, mas que, infelizmente, não obstante os avanços científicos e tecnológicos, persistem até hoje e influenciam. Essa marginalização começa na sociedade. Ainda existe muito estigma. O doente mental é considerado um ser inferior, pelo menos é tratado como tal e há um certo afastamento e intolerância, que acaba por se repercutir nas decisões políticas. E o que vemos, a nível internacional é que os orçamentos para os departamentos de saúde mental são muito inferiores aos demais, o que representa reflexos na própria locação de recursos e na capacidade de intervir. E acaba até por afetar profissionais de serviços que não são da área. Infelizmente, temos profissionais de saúde que acabam por repercutir, pela sua atitude e comportamento, esses preconceitos ao lidarem com pessoas com problemas mentais. Isso ocorre na nossa sociedade e em várias outras. É algo por que devemos lutar, esclarecendo e informando mas também exigindo a quem decide que não o faça na base de preconceitos.

### **Como poderemos estar bem com nove psiquiatras para dez ilhas e 500 mil pessoas?**

**MF** – A bem da verdade, devo dizer que são muito poucos, que é muito difícil, não estamos bem – não posso dizer que a saúde mental em Cabo Verde é excelente porque não é – mas vai-se fazendo e conseguindo, não obstante a precariedade dos meios até a nível global, fazer algo muito meritório. O que se deve, naturalmente, ao empenho dos profissionais e à capacidade de resistência por que é reconhecido o cabo-verdiano. Nós vivemos em situações adversas complexas, mas isso não nos impede de lutar, de sonhar, de querer e, muitas vezes, conseguir ter uma qualidade de vida razoável e aceitável. Falta muita coisa e o nosso caminho é infinitamente grande, mas estamos a caminhar.

